CONTEXTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS, TEMPOS, INTERAÇÕES E EXPERIÊNCIAS COMO PROMOTORES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

ELIZETE CHAVES BENTO

RESUMO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um período fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, a organização dos espaços, dos tempos, das interações e das experiências assume papel central na promoção das aprendizagens, considerando a criança como sujeito histórico, social e de direitos. Este artigo tem como objetivo discutir a importância dos contextos educativos na Educação Infantil, compreendendo-os como elementos estruturantes das práticas pedagógicas e do desenvolvimento infantil. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, fundamentada em documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e o Currículo da Cidade de São Paulo, além das contribuições teóricas de autores como Vygotsky, Piaget, Wallon, Malaguzzi, Kramer, Barbosa, Horn e Oliveira. A análise evidencia que contextos educativos intencionalmente organizados favorecem o brincar, as interações, a autonomia, a investigação, a criatividade e a construção de conhecimentos significativos. Conclui-se que a qualidade das experiências vivenciadas pelas crianças depende diretamente da ação pedagógica do professor, da organização dos ambientes e da compreensão da infância como tempo de descobertas, participação e produção de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Contextos Educativos; Interações; Brincadeiras; Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil passou por profundas transformações nas últimas décadas, deixando de ser compreendida apenas como um espaço destinado aos cuidados básicos das crianças para consolidar-se como um ambiente educativo que promove experiências significativas, desenvolvimento integral e construção de conhecimentos. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (2017), reafirmam o direito das crianças à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Nesse cenário, ganha destaque a discussão sobre os contextos educativos, compreendidos como o conjunto de condições físicas, sociais, culturais, afetivas e pedagógicas que favorecem o desenvolvimento das crianças. Os contextos não se limitam ao espaço físico da sala de aula; envolvem também as relações estabelecidas entre crianças, professores, famílias e comunidade, bem como a organização do tempo, dos materiais, das propostas pedagógicas e das experiências oferecidas cotidianamente.

A criança aprende por meio das interações que estabelece com o outro, com o ambiente e com os objetos culturais. Dessa forma, pensar em contextos educativos significa reconhecer que cada experiência vivida na Educação Infantil possui potencial para promover aprendizagens, desde os momentos de brincadeira até as situações de alimentação, higiene, descanso, exploração da natureza, expressão artística e investigação científica.

Autores como Lev Vygotsky defendem que o desenvolvimento ocorre nas relações sociais, enquanto Jean Piaget evidencia que a criança constrói conhecimentos ao agir sobre o meio. Henri Wallon ressalta a importância da afetividade na aprendizagem, e Loris Malaguzzi, idealizador da abordagem de Reggio Emilia, destaca o ambiente como um "terceiro educador", capaz de provocar curiosidade, autonomia e investigação.

Na perspectiva brasileira, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a BNCC afirmam que os direitos de aprendizagem - conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se devem orientar toda organização pedagógica, garantindo experiências diversificadas que respeitem

os interesses, as necessidades e os tempos das crianças.

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa compreensão ao defender uma Educação Infantil baseada na escuta sensível, na participação infantil, na valorização das múltiplas linguagens e na construção coletiva dos conhecimentos, reconhecendo a criança como protagonista de seu processo educativo.

Dessa forma, torna-se imprescindível compreender como os contextos educativos influenciam o desenvolvimento infantil e como a prática docente pode potencializar experiências capazes de favorecer a aprendizagem significativa, a autonomia, a criatividade, a investigação e a formação integral das crianças.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a importância dos contextos na Educação Infantil, discutindo sua relação com as interações, as brincadeiras, a organização dos espaços e tempos, o papel do professor e as orientações presentes nos principais documentos oficiais da educação brasileira.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfi
i
ca e análise documental. A opção por essa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender os contextos educativos na Educação Infantil a partir das contribuições teóricas produzidas por pesquisadores da área e dos documentos normativos que orientam as políticas públicas para essa etapa da Educação Básica.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, permitindo ao pesquisador analisar diferentes perspectivas sobre determinado fenômeno. Nesse sentido, a revisão da literatura possibilitou aprofundar a compreensão acerca dos contextos educativos, da organização dos espaços e tempos, das interações, das brincadeiras e da atuação docente como elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento infantil.

Além da revisão bibliográfica, realizou-se uma análise documental de legislações e documentos orientadores da Educação Infantil brasileira, considerando que tais materiais expressam os princípios, os direitos e as diretrizes que sustentam as práticas pedagógicas nas instituições educativas. Conforme Lüdke e André (2018), a análise documental constitui importante procedimento metodológico nas pesquisas em educação, pois permite compreender concepções, orientações e políticas que influenciam diretamente a organização do trabalho pedagógico.

Entre os documentos analisados destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Cidade – Educação Infantil, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Esses referenciais foram selecionados por constituírem os principais documentos normativos que orientam a organização curricular e as práticas pedagógicas voltadas às crianças de zero a cinco anos.

No que se refere ao referencial teórico, foram consultadas obras de autores reconhecidos nacional e internacionalmente por suas contribuições aos estudos da infância e da Educação Infantil, entre eles Lev Vygotsky, Jean Piaget, Henri Wallon, Loris Malaguzzi, Zilma Ramos de Oliveira, Maria Carmen Silveira Barbosa, Maria da Graça Souza Horn e Sonia Kramer. As contribuições desses estudiosos permitiram compreender diferentes concepções sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem, organização dos ambientes educativos, brincadeira, interações e protagonismo das crianças.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada aos objetivos deste estudo por possibilitar a interpretação dos fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando os aspectos históricos, sociais, culturais e pedagógicos que permeiam os contextos educativos. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa preocupa-se com os significados atribuídos às ações humanas, buscando compreender processos, relações

e experiências vividas pelos sujeitos em seus diferentes contextos.

Durante a construção deste artigo, buscou-se estabelecer diálogo entre os referenciais teóricos e os documentos oficiais, promovendo uma análise crítica sobre a importância da organização dos contextos na Educação Infantil. Essa articulação permitiu evidenciar que os espaços, os tempos, os materiais, as interações e as experiências oferecidas às crianças não constituem elementos isolados, mas componentes de um projeto pedagógico intencional que favorece o desenvolvimento integral e a construção de aprendizagens significativas.

A análise das produções acadêmicas revelou consenso entre os autores consultados quanto ao reconhecimento da criança como sujeito histórico, social, competente e produtor de cultura. Nessa perspectiva, os contextos educativos devem ser planejados de forma intencional, considerando os interesses, as necessidades e as potencialidades das crianças, assegurando-lhes oportunidades de participação, investigação, criação e convivência.

Por fim, destaca-se que este estudo não teve a intenção de esgotar a discussão acerca dos contextos educativos na Educação Infantil. Ao contrário, pretende contribuir para a ampliação do debate sobre a importância de práticas pedagógicas fundamentadas na escuta das crianças, na organização de ambientes acolhedores e investigativos e na valorização das interações e brincadeiras como eixos estruturantes do trabalho pedagógico. Espera-se que as reflexões apresentadas possam subsidiar professores, gestores e pesquisadores na construção de contextos educativos cada vez mais democráticos, inclusivos e comprometidos com os direitos das crianças.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e constitui um direito de todas as crianças brasileiras. Sua finalidade ultrapassa os cuidados relacionados à alimentação, higiene e proteção, assumindo o compromisso de promover o desenvolvimento integral nos aspectos físico, cognitivo, emocional, social, cultural e ético.

Historicamente, as instituições destinadas às crianças pequenas possuíam caráter predominantemente assistencialista. As creches surgiram vinculadas às necessidades das famílias trabalhadoras, enquanto as pré-escolas eram compreendidas como espaços preparatórios para o Ensino Fundamental. Essa visão começou a ser transformada a partir das mudanças sociais, das pesquisas sobre o desenvolvimento infantil e da ampliação dos direitos das crianças.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante ao reconhecer a Educação Infantil como dever do Estado e direito da criança. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) consolidou essa etapa como parte integrante da Educação Básica, atribuindo-lhe objetivos próprios, voltados ao desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) reforçam essa concepção ao afirmar que a criança é sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade nas interações, nas brincadeiras e nas diferentes experiências culturais. Essa perspectiva rompe definitivamente com práticas centradas na antecipação da escolarização, valorizando a infância em sua especificidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fortalece esse entendimento ao estabelecer seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos constituem princípios orientadores da prática pedagógica e reafirmam que as crianças aprendem por meio da participação ativa nas experiências cotidianas.

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa concepção ao destacar que a Educação Infantil deve garantir contextos ricos em experiências, favorecendo investigações, brincadeiras, múltiplas linguagens, manifestações culturais e relações de respeito às diferenças. A proposta curricular compreende que ensinar na Educação Infantil significa organizar situações que despertem curiosidade, encantamento e participação das crianças.

Sob essa perspectiva, o trabalho pedagógico deixa de priorizar conteúdos fragmentados para concentrar-se na construção de experiências significativas. O professor assume papel de pesquisador, observador e mediador, organizando contextos que possibilitem às crianças formular hipóteses, experimentar, dialogar, brincar, criar e atribuir sentidos às suas descobertas.

Nesse cenário, os contextos educativos passam a ser compreendidos como elementos essenciais da prática pedagógica, uma vez que influenciam diretamente as possibilidades de aprendizagem, desenvolvimento e participação das crianças. Cada ambiente, cada interação e cada experiência cotidiana tornam-se oportunidades de construção do conhecimento.

O CONCEITO DE CONTEXTOS EDUCATIVOS

Falar em contextos na Educação Infantil significa compreender que a aprendizagem das crianças não acontece de maneira isolada ou espontânea, mas é construída nas relações que estabelecem com as pessoas, os espaços, os materiais, a cultura e as experiências vivenciadas diariamente. Assim, os contextos educativos constituem o conjunto de condições que favorecem ou limitam as possibilidades de desenvolvimento infantil.

Segundo Barbosa (2006), os contextos educativos são organizados a partir da intencionalidade pedagógica do professor, que planeja tempos, espaços, materiais, agrupamentos e experiências considerando as necessidades, os interesses e as potencialidades das crianças. Não se trata apenas da organização física do ambiente, mas da criação de situações que promovam investigação, curiosidade, interação, autonomia e participação.

Nessa perspectiva, o ambiente educativo deixa de ser entendido como um simples cenário onde as atividades acontecem e passa a ser reconhecido como elemento ativo do processo educativo. Cada espaço comunica possibilidades de aprendizagem, convidando as crianças a explorar, experimentar, criar, imaginar e construir conhecimentos.

Malaguzzi (1999), idealizador da abordagem pedagógica de Reggio Emilia, afirma que o ambiente constitui o "terceiro educador", ao lado das crianças e dos professores. Para o autor, ambientes organizados com beleza, funcionalidade e intencionalidade despertam o interesse infantil, favorecem a autonomia e estimulam diferentes formas de expressão. Essa concepção valoriza a documentação pedagógica, a escuta sensível e a participação ativa das crianças na construção do cotidiano escolar.

Sob o ponto de vista histórico-cultural, Vygotsky (1998) explica que o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais. A aprendizagem antecede o desenvolvimento quando a criança participa de experiências compartilhadas com adultos e outras crianças. Dessa forma, os contextos educativos precisam favorecer situações colaborativas, nas quais a linguagem, o brincar e a investigação ocupem lugar central.

Piaget (1976), por sua vez, destaca que a criança aprende ao agir sobre o meio físico e social, construindo hipóteses, realizando experimentações e reorganizando seus conhecimentos. Quanto mais rico for o ambiente em oportunidades de exploração, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento cognitivo.

Wallon (2007) amplia essa compreensão ao enfatizar que o desenvolvimento infantil integra aspectos afetivos, motores e cognitivos. Assim, um contexto educativo de qualidade é aquele que promove segurança emocional, acolhimento, vínculos afetivos e relações respeitosas entre crianças e adultos.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) estabelecem que a organização dos contextos deve garantir experiências diversificadas, respeitando os tempos da infância e valorizando as brincadeiras, as interações, as múltiplas linguagens, a diversidade cultural e os conhecimentos produzidos pelas próprias crianças.

Nesse sentido, os contextos educativos constituem a base sobre a qual se desenvolve toda a ação pedagógica da Educação Infantil, exigindo planejamento, observação, avaliação contínua e sensibilidade para reconhecer as crianças como protagonistas de seus processos de aprendizagem.

OS CONTEXTOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A aprendizagem na Educação Infantil ocorre de maneira integrada às experiências vividas pelas crianças. Diferentemente de modelos centrados na transmissão de conteúdos, a prática pedagógica fundamenta-se na construção de conhecimentos por meio da ação, da brincadeira, da investigação e da convivência.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) afirma que as crianças aprendem quando podem brincar, explorar, conviver, participar, expressar-se e conhecer a si mesmas. Esses direitos de aprendizagem orientam a organização dos contextos educativos e reafirmam que toda experiência cotidiana possui potencial pedagógico.

Assim, momentos tradicionalmente considerados apenas de rotina como alimentação, higiene, descanso, acolhimento ou organização dos materiais transformam-se em oportunidades de aprendizagem. Durante essas situações, as crianças desenvolvem autonomia, linguagem, coordenação motora, noções matemáticas, habilidades sociais e atitudes de cuidado consigo mesmas, com os colegas e com o ambiente.

Os contextos de aprendizagem também são constituídos pelos projetos investigativos, pelas rodas de conversa, pelas experiências com a natureza, pelas manifestações artísticas, pelas brincadeiras simbólicas, pela literatura, pela música, pela exploração de materiais não estruturados e pelas descobertas produzidas nas interações diárias.

Horn (2004) destaca que os espaços precisam ser organizados de forma flexível, permitindo que as crianças façam escolhas, circulem livremente e construam diferentes percursos de aprendizagem. Ambientes excessivamente padronizados ou centrados apenas na ação do professor limitam a criatividade e reduzem as possibilidades de participação infantil.

Nesse contexto, observa-se uma mudança significativa em função do planejamento pedagógico. Planejar deixa de significar antecipar todas as ações das crianças e passa a representar a criação de possibilidades para que elas possam investigar, levantar hipóteses, solucionar problemas e construir conhecimentos coletivamente.

O Currículo da Cidade de São Paulo reforça essa concepção ao afirmar que a documentação pedagógica e a escuta das crianças constituem instrumentos fundamentais para reorganizar continuamente os contextos educativos. O professor observa atentamente os interesses infantis, registra descobertas, analisa os processos de aprendizagem e propõe novos desafios a partir das experiências vividas pelo grupo.

Outro aspecto importante refere-se à diversidade dos contextos oferecidos. As crianças necessitam de ambientes internos e externos, contato com a natureza, espaços para movimento, momentos de concentração, experiências coletivas e oportunidades para brincadeiras livres. Quanto maior a diversidade das experiências, mais amplas serão as possibilidades de desenvolvimento integral.

Dessa maneira, os contextos de aprendizagem deixam de ser compreendidos apenas como locais físicos e passam a representar um conjunto de relações, experiências e vivências que favorecem a construção de conhecimentos significativos.

A IMPORTÂNCIA DAS INTERAÇÕES E DAS BRINCADEIRAS

Entre todos os elementos que constituem os contextos educativos, as interações e as brincadeiras ocupam posição central na Educação Infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) estabelecem esses dois eixos como fundamentos da prática pedagógica, reconhecendo que é por meio deles que as crianças constroem conhecimentos, desenvolvem habilidades e produzem cultura.

Brincar é uma atividade essencial da infância. Ao brincar, a criança experimenta papéis sociais, expressa sentimentos, desenvolve a linguagem, exercita a imaginação, cria hipóteses, resolve conflitos e amplia sua compreensão sobre o mundo.

Vygotsky (1998) afirma que, durante a brincadeira de faz de conta, a criança atua além de seu comportamento habitual, alcançando níveis superiores de desenvolvimento. A brincadeira cria uma zona de desenvolvimento proximal, permitindo que capacidades ainda em construção sejam exercitadas em um ambiente seguro e significativo.

Piaget (1976) também atribui grande importância ao brincar, entendendo-o como forma de assimilação da realidade. Para o autor, as brincadeiras acompanham os diferentes estágios do desenvolvimento infantil, contribuindo para a construção do pensamento lógico e simbólico.

As interações estabelecidas entre crianças e adultos constituem outro elemento indispensável ao desenvolvimento. Durante as conversas, negociações, brincadeiras coletivas, resolução de conflitos e projetos compartilhados, as crianças aprendem a respeitar diferentes opiniões, desenvolvem empatia, fortalecem vínculos afetivos e constroem valores relacionados à convivência democrática.

Oliveira (2011) ressalta que o professor exerce papel fundamental na mediação dessas interações. Sua função não consiste em controlar permanentemente as ações infantis, mas em criar condições para que as crianças possam participar ativamente das experiências, fazer perguntas, expressar ideias, argumentar, investigar e colaborar umas com as outras.

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa perspectiva ao defender práticas pedagógicas baseadas na escuta sensível das crianças, valorizando suas falas, hipóteses, curiosidades e produções. Nessa abordagem, o planejamento é continuamente reconstruído a partir das manifestações infantis, fortalecendo o protagonismo das crianças.

Outro aspecto relevante refere-se às brincadeiras em ambientes externos. O contato com a natureza amplia significativamente as possibilidades de investigação científica, percepção ambiental, desenvolvimento motor e construção de atitudes de cuidado com o meio ambiente. Experiências com água, terra, areia, folhas, sementes e diferentes elementos naturais despertam curiosidade e favorecem aprendizagens interdisciplinares.

Nesse sentido, os contextos educativos precisam garantir tempos suficientemente longos para brincar, evitando rotinas excessivamente fragmentadas ou dirigidas. As crianças necessitam de tempo para imaginar, experimentar, errar, recomeçar, negociar regras, criar soluções e desenvolver autonomia.

Ao reconhecer as interações e as brincadeiras como direitos da infância, a Educação Infantil fortalece práticas pedagógicas mais humanizadas, democráticas e coerentes com as necessidades das crianças, promovendo aprendizagens significativas que contribuirão para toda a trajetória escolar e social.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, foi possível compreender que os contextos educativos constituem um dos principais elementos da prática pedagógica na Educação Infantil, uma vez que influenciam diretamente as experiências, as aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças. A organização intencional dos espaços, dos tempos, das interações, dos materiais e das propostas pedagógicas favorece a construção de ambientes acolhedores, investigativos e desafiadores, nos quais a criança é reconhecida como protagonista de seu próprio processo de aprendizagem.

As reflexões apresentadas, fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo da Cidade de São Paulo, evidenciam que educar crianças pequenas significa garantir experiências que respeitem seus direitos, seus interesses, seus tempos e suas múltiplas formas de expressão. Nessa perspectiva, brincar, explorar, participar, conviver, expressar-se e conhecer-se deixam de ser apenas princípios orientadores e tornam-se ações concretas que organizam o cotidiano das instituições de Educação Infantil.

Os referenciais teóricos analisados também demonstram que o desenvolvimento infantil acontece por meio das interações sociais, das brincadeiras, da investigação, da curiosidade e das experiências compartilhadas. Assim, os contextos educativos não podem ser compreendidos apenas como espaços físicos, mas como ambientes vivos, constituídos por relações afetivas, culturais e pedagógicas que favorecem a construção de conhecimentos significativos.

Nesse processo, destaca-se o papel do professor como pesquisador, observador e me-

diador das aprendizagens. Cabe ao educador planejar, organizar e avaliar contextos que despertem a curiosidade das crianças, promovam sua autonomia e valorizem suas hipóteses, descobertas e produções. Mais do que transmitir conhecimentos, o professor cria oportunidades para que as crianças investiguem, experimentem, dialoguem e atribuam sentido às experiências vividas.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de uma prática pedagógica comprometida com a escuta sensível e com a participação efetiva das crianças nas decisões do cotidiano escolar. Quando suas vozes são acolhidas, seus interesses considerados e suas culturas valorizadas, fortalecem-se vínculos de pertencimento, respeito e protagonismo, elementos fundamentais para uma educação democrática e humanizadora.

Diante dos desafios contemporâneos, torna-se imprescindível que as instituições de Educação Infantil invistam na construção de contextos cada vez mais inclusivos, investigativos e acolhedores, capazes de promover experiências que articulem cuidado, educação e desenvolvimento de forma indissociável. Isso implica compreender que cada momento vivido pela criança seja durante uma brincadeira, uma roda de conversa, uma investigação científica, uma experiência artística ou uma interação cotidiana representa uma oportunidade de aprendizagem e de produção de cultura.

Por fim, conclui-se que investir na qualidade dos contextos educativos significa investir na qualidade da própria infância. Uma Educação Infantil que respeita as crianças, organiza intencionalmente seus ambientes e valoriza as interações e as brincadeiras contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos, autônomos e participativos. Dessa forma, reafirma-se o compromisso da Educação Infantil com a garantia dos direitos das crianças e com a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a infância como um tempo de descobertas, de participação e de múltiplas possibilidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, DF: MEC, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.